

NENHUMA MULHER SEM CASA: DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ÀS OCUPAÇÕES URBANAS COMO REPERTÓRIO DE LUTA PELA MORADIA

Taiana Sobrinho¹

INTRODUÇÃO

Este artigo consiste em uma proposta de reflexão sobre os impactos dos despejos e da informalidade habitacional na vida das mulheres, transitando por discussões envolvendo a feminização da pobreza e do déficit habitacional, bem como a violência doméstica e, ainda, como tais questões repercutem na luta feminina pela moradia urbana.

Tem como ponto de partida a divisão sexual do trabalho e racial do espaço², adotando como aporte empírico minhas experiências na Missão Denúncia do Fórum Nacional de Reforma Urbana, ocorrida em setembro de 2022 no âmbito da Campanha Nacional Despejo Zero, e sobretudo nas Rodas de Conversa das Mulheres da Pequena África, ao longo de 2023 a 2025, realizadas no Projeto de Habitação Popular Quilombo da Gamboa, localizado na região portuária do Rio de Janeiro.

Para tanto, a metodologia empregada consistiu em articular as informações obtidas no campo empírico com um horizonte teórico-metodológico mais amplo conferido pelos estudos que contemplam as imbricações de gênero, raça, classe, sexualidade e geopolítica³.

Desta forma, foram utilizadas as lentes analíticas do feminismo negro e decolonial⁴, que adicionam outras camadas de complexidade às análises sobre a desigualdade social,

¹ Advogada Popular. Doutoranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Integrante da Red de Académicas Latinoamericanas del Derecho (Red Alas). Pesquisadora e extensionista do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin (NAJUP Luiza Mahin).

² GONZALEZ, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983, p. 223-244.

³ COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019; CURIEL, Ochy. *Construindo epistemologias feministas a partir do feminismo decolonial*. In.: VAREJÃO, A. [et al.]. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020; GONZALEZ, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983, p. 223-244.

⁴ COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019; CURIEL, Ochy. *Construindo epistemologias feministas a partir do feminismo decolonial*. In.: VAREJÃO, A. [et al.]. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020; GONZALEZ, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983, p. 223-244.



complexidades essas que se manifestam no campo ora aqui pesquisado. Mais além de compreender a desigualdade social a partir das interconexões com as categorias de raça, gênero e classe, a interpreta através das interações com as relações de poder dominantes. Acredito que somente assim é possível uma análise corporificada dos conflitos fundiários e da luta pela moradia, desgeneralizando as desigualdades sociais e rompendo com a (suposta) neutralidade do sujeito de direito, privilegiando as suas trajetórias e marcando os seus corpos com seu gênero, sua sexualidade, sua raça e sua classe social.

1. A CRISE DA MORADIA NO BRASIL TEM CARA DE MULHER: GÊNERO E RAÇA NA COMPOSIÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL

“A moradia é a porta de entrada para todos os outros direitos”, diz a frase emblemática na bandeira do movimento social União de Moradia Popular, cunhada por Maria da Graça de Jesus Xavier, coordenadora do movimento em São Paulo. Desta forma, como falarmos na garantia de qualquer direito para as mulheres se essas não tiverem um lar seguro, tanto na perspectiva da segurança da posse, como de segurança alimentar e livre de qualquer tipo de violência, para edificarem as suas vidas e de seus filhos?

Um histórico de formação social fundado na colonização, no patriarcado, no trabalho escravo de pessoas negras e uma estrutura fundiária fundamentada no latifúndio e na propriedade privada, responsável pela desigualdade social, racial e de gênero que vivenciamos no Brasil, posicionou as mulheres na base da pirâmide social brasileira, sobretudo quando acrescentamos a perspectiva racial e nos deparamos com a situação das mulheres negras.

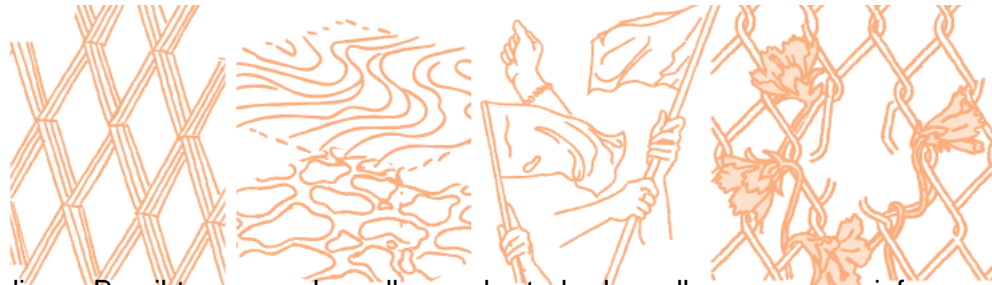
Como nos ensina Lélia Gonzalez⁵, o racismo se materializou na articulação entre a divisão sexual do trabalho e a divisão racial do espaço, confinando a população negra não só no trabalho informal e em postos de trabalho com baixas remunerações, mas também na informalidade habitacional, chamando atenção especial para a situação da mulher negra.

Essa articulação fica muito evidente quando cruzamos os dados do rendimento mensal médio brasileiro, identificando que as mulheres ainda ganham menos que os homens (o que se agrava ainda mais para as mulheres negras), com os dados do déficit habitacional. A feminização da pobreza e a feminização do déficit habitacional impulsionando um ao outro.

A Campanha Nacional Despejo Zero já denunciou que, de junho de 2020 a julho de 2024, 1.524.556 pessoas foram afetadas, o que representa 333.763 famílias ameaçadas, 42.098 famílias despejadas e 78.810 vivendo com o despejo suspenso⁶. Além disso, os mesmos dados apontam

⁵ GONZALEZ, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983, p. 223-244.

⁶ CAMPANHA DESPEJO ZERO. Disponível em: <https://www.campanhadespejzero.org>. Acesso em: 14 mar. 2022. CAMPANHA DESPEJO ZERO. *Mapeamento Nacional de Conflitos pela terra e moradia*. c.2023. Disponível em: <https://mapa.despejzero.org.br>. Acesso em: 14 mar. 2023.



que a crise da moradia no Brasil tem cara de mulher, sobretudo de mulheres negras, informando que 66,3% das pessoas afetadas se autodeclaram pretas e pardas; 62,6% são mulheres; 74,5% ganham até 2 salários-mínimos e, atinge, majoritariamente, as regiões Norte e Nordeste do país; mais de 265 mil são crianças e cerca de 260 mil são pessoas idosas⁷.

Em relação ao déficit habitacional, a Fundação João Pinheiro divulgou levantamento de que o Brasil tem um déficit habitacional de 6,2 milhões de moradias, referente a análises do ano de 2022, dos quais 62,6% são mulheres, em sua maioria mulheres negras e chefes de família com renda mensal de até de R\$ 2.640,00⁸, reforçando a feminização do déficit habitacional através das lentes de gênero, raça e classe.

2. DESPEJOS POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E AS OCUPAÇÕES URBANAS COMO ALTERNATIVA DE MORADIA

Ao longo da pandemia, para além da crise da moradia e aumento exponencial dos despejos, também observamos o aumento da violência doméstica e das taxas de feminicídio. Considerando que a maioria das mulheres vítimas desses crimes de gênero são violentadas em casa, a política do “fique em casa” para conter a disseminação do vírus da Covid-19 por outro lado acarretou uma “epidemia de violência doméstica”. Os números apontam que a Central Judiciária de Acolhimento da Mulher Vítima de Violência Doméstica (Cejuvida) bateu recordes de atendimentos em 2020, registrando 1.500 atendimentos de vítimas de violência doméstica e familiar pelo projeto no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) até julho deste ano⁹.

A violência doméstica, além de impactar as mulheres em sua saúde física e mental, reforça os seus desdobramentos patrimoniais impactando na perda da moradia e tem sido tecnologia de despejo, consistindo em fator de incremento para a inserção das mulheres no déficit habitacional, uma vez que muitas deixam os seus lares para fugirem do contexto de violência, os “despejos por violência doméstica”¹⁰.

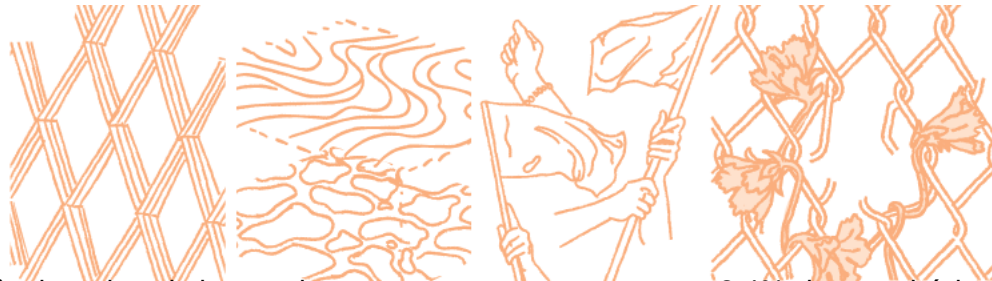
No entanto, os equipamentos públicos com a finalidade de moradia às mulheres vítimas são escassos. Em 2019, em todo o território nacional, existiam menos de 80 casas-abrigo para mulheres

⁷ CAMPANHA DESPEJO ZERO. Disponível em: <https://www.campanhadespejozero.org>. Acesso em: 14 mar. 2022. CAMPANHA DESPEJO ZERO. Mapeamento Nacional de Conflitos pela terra e moradia. c.2023. Disponível em: <https://mapa.despejozero.org.br>. Acesso em: 14 mar. 2023.

⁸ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil – 2016-2019. c.2023. Disponível em <https://tinyurl.com/pvcucruw>. Acesso em: 10 mar. 2023.

⁹ RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Números de atendimentos demonstram aumento de vítimas de violência doméstica na pandemia. 17 ago. 2020. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/7500150>. Acesso em: 1º jun. 2024.

¹⁰ LURDEMIR, R.; SOUZA, F. Moradia, Patrimônio e Sobrevivência: dilemas explícitos e silenciados em contexto de violência doméstica contra a mulher. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Presidente Prudente, v. 23, 2021.



em situação de violência e risco iminente de morte, presentes em apenas 2,4% dos municípios¹¹. Poucos estados e municípios possuíam auxílio-aluguel para mulheres nessas situações¹².

Enquanto enfrentamento a esse contexto, muitas dessas mulheres têm resistido e buscado outras soluções de moradia, ocupando prédios e terrenos abandonados nas regiões centrais da cidade em busca de teto e trabalho, sendo a maioria nesses territórios, como já demonstrado ao longo do texto. Essas ocupações por parte das mulheres também são uma forma de ocupação epistemológica, de mudança de sentido. Uma ocupação também ontológica, que não está separada dos seus corpos, que são colocados para jogo na luta pela moradia, enfrentando o machismo, o racismo, a violência do Estado e até mesmo o tráfico de drogas.

Elas também buscam a coletividade, a inserção em movimentos sociais de luta pela moradia e rodas de conversas de mulheres, como forma de se movimentarem e movimentarem seus territórios e empreenderem uma política de sobrevivência¹³.

As rodas de conversas de mulheres fortalecem a perspectiva de senso coletivo e de autogestão, não somente do espaço das ocupações, mas do próprio território no qual estão inseridas. Elas promovem uma luta local, mas que permite algumas transformações nos seus territórios e na coletividade que os circunda, convocando as demais mulheres para assumirem, juntas, a posição de sujeitas políticas coletivas “desde abajo”, como nos ensina Verónica Gago¹⁴.

Assim, elas constroem um espaço de coletividade e discussão coletiva de cidade, mas não somente. Trata-se de um espaço de discussão coletiva de vida, de estratégias de sobrevivência para a manutenção da vida de mulheres pobres, negras, periféricas, subalternizadas não somente no que se refere à moradia, mas em todas as suas demandas de vida.

Dia após dia elas tecem estratégias para se manterem vivas, alimentadas e com um teto para se abrigarem. Enquanto não surge uma alternativa radical que as emancipe material e simbolicamente de uma vez por todas, elas se unem e se reúnem para compartilharem as suas dores, as suas demandas, as suas dúvidas; para chorar e rir juntas, enquanto se expressam e dividem alimento, materiais de higiene e limpeza, mas sobretudo experiências e vivências.

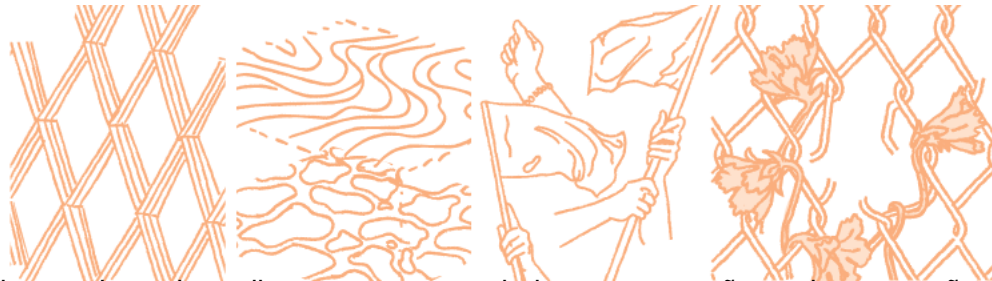
Portanto, iniciativas de despejos e remoções forçadas, bem como de criminalização dos movimentos de luta pela moradia, são tensionadas e situadas neste trabalho enquanto violências

¹¹ LURDEMIR, R.; SOUZA, F. Moradia, Patrimônio e Sobrevivência: dilemas explícitos e silenciados em contexto de violência doméstica contra a mulher. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Presidente Prudente, v. 23, 2021.

¹² LURDEMIR, R.; SOUZA, F. Moradia, Patrimônio e Sobrevivência: dilemas explícitos e silenciados em contexto de violência doméstica contra a mulher. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Presidente Prudente, v. 23, 2021.

¹³ COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

¹⁴ GAGO, Verônica. A potência feminista ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Editora Elefante, 2020.



de gênero por atingirem sobretudo mulheres, em sua maioria negras e mães-solo, em razão de serem a maioria na informalidade e no déficit habitacional.

Por fim, destaca-se ainda a importância de um olhar interseccional para os conflitos que envolvem a luta pela moradia, em especial nas ações possessórias, afinal um judiciário comprometido com os direitos humanos tem que estar ancorado nas especificidades das ações judiciais, rompendo com a ortodoxia jurídica do paradigma do sujeito abstrato e com a prevalência da propriedade privada sobre todos os outros direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua - PNAD - Trimestre móvel SET-NOV 2020. IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2020_nov.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

CAMPANHA DESPEJO ZERO. Disponível em: <https://www.campanhadespejzero.org>. Acesso em: 14 mar. 2022. CAMPANHA DESPEJO ZERO. Mapeamento Nacional de Conflitos pela terra e moradia. c.2023. Disponível em: <https://mapa.despejzero.org.br>. Acesso em: 14 mar. 2023.

COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CURIEL, Ochy. Construindo epistemologias feministas a partir do feminismo decolonial. In.: VAREJÃO, A. [et al.]. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, Ano 14, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2024 São Paulo.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 18, 2024. Disponível forumseguranca.org.br/handle/fbsp/58. Acesso em: 1º jun. 2024. em: <https://publicacoes.org.br/handle/fbsp/58>.

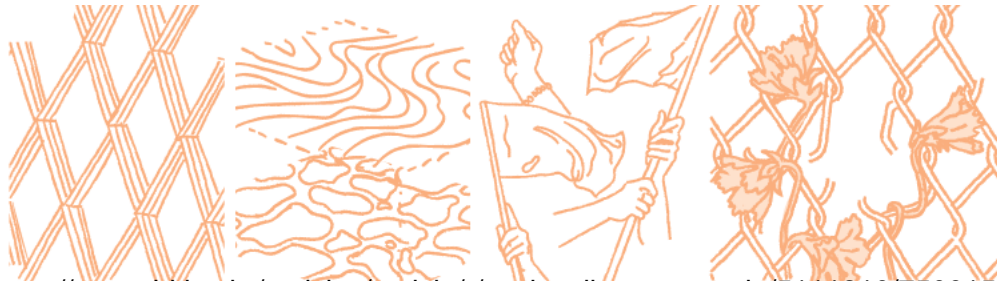
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil – 2016-2019. c.2023. Disponível em <https://tinyurl.com/pvcucruw>. Acesso em: 10 mar. 2023

GAGO, Verônica. A potência feminista ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília: ANPOCS, 1983, p. 223-244.

LURDEMIR, R.; SOUZA, F. Moradia, Patrimônio e Sobrevivência: dilemas explícitos e silenciados em contexto de violência doméstica contra a mulher. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Presidente Prudente, v. 23, 2021.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Números de atendimentos demonstram aumento de vítimas de violência doméstica na pandemia. 17 ago. 2020.



Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/7500150>.
Acesso em: 1º jun. 2024.